

VALQUIRIA DAS GRAÇAS DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES
DE CIÊNCIAS DO PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profª Orientadora: **Elisiani Vitória Tiepolo**

MATINHOS

2011

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS DO PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA

Valquiria das Graças de Souza¹

Ms.Elisiani Vitória Tiepolo²

Mário Sérgio Frankievicz³

RESUMO

Com o objetivo de analisar a concepção dos professores de Ciências do Projovem Campo em relação à educação ambiental no contexto do campo, realizou-se o presente trabalho onde por meio de questionários com perguntas abertas sobre questões relacionadas a abordagem dos conteúdos sobre educação ambiental e a forma como são realizados no Projovem. Responderam ao questionário três professores que atuam no Programa, todos já lecionaram ou lecionam em escolas do campo e já atuam no magistério em média há 19 anos. Os professores abordam o tema educação ambiental contextualizando com a realidade do campo, ou seja, enfatizando temas que despertam o interesse dos educandos em aprender e aplicando os conhecimentos adquiridos em sala-de-aula no seu cotidiano; citam a agricultura como um exemplo de forma de aplicação dos conhecimentos obtidos. A metodologia adotada pelos professores do Projovem diferencia-se da escola regular pelo fato de valorizar os conhecimentos prévios dos educandos. Percebemos, assim, que as concepções dos educadores estão nas propostas do Projovem, pois professores que convivem com os educandos do campo conhecem bem a realidade e o meio de vida desses sujeitos.

1 Discente de pós-graduação em Educação do campo pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral E-mail: valquiriag.souza@yahoo.com.br

2 Mestre em Literatura Brasileira pela UFPR, docente da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral e-mail: elisianivt@gmail.com

3 Co-orientador, Mestrando em Geografia Física pela Universidade Estadual do Centro Oeste.Email: Mario_geo20@hotmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Projovem Campo, Professores de Ciências, Educação Ambiental

INTRODUÇÃO

A percepção da educação ambiental pelos educadores de Ciências do Projovem Campo Saberes da Terra é de grande importância para a compreensão da dinâmica entre as pessoas e o meio ambiente no espaço em que estão inseridas; dessa forma, os educandos também passam a compreender o meio ambiente como parte integrante de suas vidas. A educação do campo tem por objetivo levar os educandos a compreender e contextualizar os conhecimentos na sua realidade, por isso é imprescindível que os educadores também tenham essa percepção para assim garantir um aprendizado significativo aos educandos.

A educação ambiental enquanto temática integrante da disciplina de Ciências engloba diversos conceitos que podem ser abordados. No entanto, os educadores são livres na escolha desses conceitos, podendo optar por temas que apresentem maior relevância aos educandos do campo, pois eles utilizam-se dos recursos naturais da suas regiões e exploram o meio ambiente para sobreviverem. Assim, o conhecimento das questões ambientais é de extrema importância a esses sujeitos que poderão fazer uso dos recursos naturais de forma sustentável e consciente, aprendendo a proteger o meio ambiente e preservá-lo.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivos analisar as concepções dos professores de Ciências do Projovem Campo em relação à educação ambiental no contexto do campo, identificando os conceitos relativos à educação ambiental trazidos pelos educadores de Ciências do Projovem Campo e buscando compreender como os educadores contextualizam a temática educação ambiental na disciplina de Ciências.

Um breve histórico da Educação do campo: Da Educação rural à educação do campo

No Brasil, a preocupação inicial em educar a população do meio rural tinha como principal objetivo desenvolver e trazer novas tecnologias para o campo. A educação rural teve seu marco em meados do século XX, quando o êxodo rural se intensificava, a imigração do campo para as cidades elevaram as preocupações dos ruralistas no que diz respeito à queda da produtividade no campo, assim como medida na contenção dessa migração tomaram iniciativas para consolidação de políticas educacionais para o meio rural (COUTINHO, 2009). O papel da escola na concepção do chamado ruralismo pedagógico era tirar o povo da ignorância, proporcionando-lhe acesso à educação, visando a permanência desses sujeitos no campo a fim de evitar a perda de mão de obra para as cidades.

Os trabalhadores rurais eram, dessa forma, simples prestadores de serviços para os latifundiários, sendo necessários apenas para fornecer mão de obra para assim elevar a produtividade e os lucros dos ruralistas. Somente mais tarde, quando teve início a mobilização e formação de movimentos sociais, é que esses sujeitos se uniram para exigir seus direitos como de qualquer outro cidadão. Em 1998, ocorre em Brasília a primeira conferência nacional por uma educação do campo, que reuniu pesquisadores, movimentos sociais e outros adeptos dessa proposta (COUTINHO, 2009), agora não mais uma educação rural, mas sim uma educação do campo, uma educação voltada aos sujeitos do campo que tem como objetivo garantir a autonomia, a valorização, o resgate da identidade desses sujeitos há tanto tempo reprimidos e esquecidos por todas as esferas governamentais.

A partir desse momento, então, se voltam as atenções à educação do campo pelas agendas políticas, adotando uma nova concepção a respeito da educação, na qual há uma maior valorização dos conhecimentos da prática social dos camponeses. Nessa nova concepção, “o campo agora é visto como

local de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim como local de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.” (Souza, 2008. p. 2).

Legalmente a educação do campo vigora na agenda política e educacional no ano de 2001, a partir da LDB, na Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei nº 10.172/2001 - PNE, e no Parecer CNE/CEB Nº 36/2001. Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que apresentam como objetivo adequar a educação do campo às diretrizes curriculares estabelecidas para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2001, p. 22).

O artigo Art.5º da presente diretriz prevê também:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9394/96, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL, 2001, p. 23).

A educação do campo busca aliar, dessa forma, o ensino à realidade dos educandos, como ressalva Freire (1998): “Não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber e experiência feito”. A educação do campo é uma proposta pedagógica de escola de formação (professora Cecília Maria Ghedini, exposição dialogada encontro de formação do Projovem campo Saberes da Terra, Curitiba 2011), baseada no diálogo entre as pessoas. É realizada em conjunto e aborda temas essenciais para o dia-a-dia do educando (SOUZA,

2008). Essa proposta pedagógica deixa de lado a educação bancária, para uma educação de seres mais humanizados (Freire, 1998). Precisamos nos humanizar, o ser humano está deixando de lado sua identidade, seus valores e seguindo um sistema imposto onde o humano, a pessoa, fica sempre em segundo plano, pois, em primeiro temos sempre a obtenção do lucro.

Dessa forma, incorporou-se aos debates educacionais a temática sobre educação do campo, através de seminários estaduais com todo o público envolvido com as questões do campo. Em 2004, foi criada a SECAD, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, pelo Ministério da Educação, na qual existe uma coordenação da Educação do Campo. No MEC também foi organizado o GTP, um grupo de trabalho com o intuito de realizar projetos de melhoria para a educação do campo. Ainda em 2004, acontece a II Conferência por uma Educação Básica do Campo (SOUZA, 2008). Em 2008, inicia-se no Estado do Paraná o Programa Projovem Campo Saberes da Terra, um programa educacional de reinserção dos jovens ao meio escolar, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Programa Projovem Campo Saberes da Terra: novas perspectivas para a educação do campo

O Programa Projovem Campo Saberes da Terra tem o objetivo de escolarizar os jovens agricultores familiares na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrado à qualificação social e profissional.

O Projovem Campo Saberes da Terra surgiu no ano de 2005 vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Tem como meta a formação em nível fundamental e profissional de 5.000 jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil até o ano de 2011, entre eles estão vinculados ao programa: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí pela região nordeste. Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste. Santa Catarina e Paraná pela região Sul. Da região Sudeste Minas Gerais e do Norte participam Pará, Tocantins e Rondônia. As comunidades participantes do programa são de pequenos agricultores, Quilombolas, ribeirinhos, indígenas e de assentados, ou

seja, abrange uma parcela da população camponesa ignorada pelo poder público, principalmente no aspecto educacional. Os movimentos sociais lutam há muitos anos para consolidar uma educação de qualidade no campo, que é definida como:

“Lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação” (COLTINHO *apud* FERNANDES, 2004, pg. 137).

É a partir de iniciativas como essas, de programas e políticas públicas para os povos do campo, que essas pessoas poderão resgatar sua dignidade e a sua identidade enquanto camponeses, importantes protagonistas na produção da maioria dos alimentos necessários à nossa sobrevivência e responsáveis por cuidar melhor do meio ambiente através de práticas agroecológicas, que causam menor impacto no ecossistema como um todo. Somente através da educação é que podemos traçar estratégias futuras para formarmos um novo olhar sobre o campo, principalmente com os jovens, que podem transformá-lo num lugar de vida e espaço dos camponeses.

Atualmente o Projovem Campo está centrado nos jovens camponeses de 18 a 29 anos de idade. O PNAD de 2006 aponta para um total de 6.276.104 jovens nesta faixa etária que vivem nas áreas rurais. Desses, 1.641.940 jovens não concluíram o primeiro segmento do ensino fundamental, representando 26,16% do total e 3.878.757, (61,80%) não concluíram a segunda etapa do Ensino Fundamental. Assim, percebe-se a necessidade de um programa de escolarização desses jovens. A meta será alcançar uma parcela de 35.000 jovens em parceria com 21 estados, municípios e movimentos sociais que residem nos territórios da cidadania até 2011.

A organização do currículo do Projovem Campo Saberes da Terra diferencia-se em alguns pontos do currículo tradicional da educação regular. Essas adaptações se fazem necessárias, pois a diversidade e peculiaridades do campo devem ser consideradas na grade escolar.

A dialogicidade compreende o projeto político pedagógico do Projovem, seguindo a pedagogia de Paulo Freire, que destaca a necessidade do diálogo entre os saberes, os educandos, os educadores e a comunidade. Assim, o currículo está estruturado em no eixo articulador agricultura familiar e sustentabilidade, sendo subdivido nos eixos temáticos: a) Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; b) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; c) Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; d) Economia Solidária; e) Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque territorial. Um material pedagógico preparado exclusivamente para o programa Projovem Campo, que busca a partir desses eixos aliar os conhecimentos necessários a vida no campo com os saberes necessários a formação escolar.

O planejamento dos eixos temáticos é realizado em conjunto com os educandos, educadores e a comunidade envolvida, como alguns representantes dos movimentos sociais que têm muito a contribuir nesse processo educacional, pois são pessoas que vivem a realidade campesina e conhecem profundamente as questões do campo.

O Projovem Campo é inovador e apresenta-se como uma nova perspectiva para o campo. O principal objetivo é manter o jovem agricultor em seu lugar de origem, sem que ele necessite buscar fora do campo as condições necessárias a uma vida digna, como é de direito de qualquer outro cidadão.

No que se refere aos educadores do Projovem Campo Saberes da Terra, eles têm autonomia para desenvolver seu plano de trabalho de acordo com as necessidades da comunidade em que atuam. Para isso, devem conhecer a localidade e o histórico de vida de seus educandos, para construir um processo de aprendizagem significativo e que seja contextualizado com as questões do campo para que assim os seus projetos de vida sejam construídos ou reconstruídos ao longo da trajetória desse processo.

Notamos, assim, a responsabilidade dos educadores e dos educandos nesse contexto, pois eles devem ser comprometidos e suscetíveis a novas práticas pedagógicas. O novo é sempre difícil de ser construído, no entanto, passo a passo vai se consolidando e transformando práticas não mais eficazes em uma nova práxis pedagógica, mais comprometida com o verdadeiro sentido da aprendizagem.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DO PROJovem CAMPO

O ensino do Projovem visa à formação escolar e profissional na modalidade EJA dos educandos que vivem no campo. A partir dessa proposta os professores têm como objetivo pedagógico construir a formação necessária tanto aos saberes escolares quanto aos técnicos que possam ser aplicados em suas vivências cotidianas. Assim, percebemos a importância dos técnicos com suas assessorias na educação do Projovem Campo, pois o diálogo com esses profissionais é indispensável aos professores das áreas específicas no planejamento de suas práticas pedagógicas a fim de desenvolver um trabalho mais significativo tanto em sala de aula quanto no espaço não formal.

O eixo meio ambiente deve ser abordado no ensino da EJA conforme prevê as diretrizes curriculares para o ensino fundamental. A educação ambiental é uma prática educativa presente no sistema de ensino como tema transversal (BRASIL, 2008), não sendo restrita somente ao ambiente escolar. E pode ainda ser definida conforme a lei federal número 9675 de 27 de abril de 1999, que institui a política nacional de educação ambiental. O artigo 1º da lei define educação ambiental como:

“processos por meio dos quais o indivíduo e as coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” (BRASIL, 1999).

As práticas dos professores de Ciências na temática educação ambiental são planejadas a partir de suas concepções sobre educação ambiental. Surgem, dessa forma, inquietações sobre como contextualizar os conhecimentos prévios dos alunos com os conhecimentos científicos necessários a sua formação escolar.

Devido à amplitude do tema, os docentes necessitam realizar uma síntese dos assuntos a serem abordados e que representem as verdadeiras

necessidades da comunidade dos educandos no que se refere às questões ambientais para construir conhecimentos necessários à melhoria da qualidade de vida da comunidade como um todo, não ficando restrita somente à escola a partilha dos saberes construídos. Por isso, os educandos devem ter uma aplicação prática na realidade dos sujeitos do campo, os pequenos agricultores, que são os maiores interessados na proteção e manutenção do meio ambiente.

A educação ambiental abrange também as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e históricas de uma determinada sociedade e não somente o meio ambiente biótico e abiótico. Deve considerar também as especificidades locais, pois as ações referentes à educação ambiental podem não repercutir nos mesmos resultados em diferentes contextos e diferentes localidades (REZLER, 2008). Essas especificidades devem ser consideradas pelos educadores em suas localidades de atuação. A concepção dos educandos sobre educação ambiental muitas vezes é construída a partir de sua cultura local, repassada de geração a geração. Por isso, o professor deve manter-se atento ao histórico de vida e cultura local para assim extrair os aspectos que serão necessários a sua intervenção pedagógica.

As ações em educação ambiental ocorrem de maneira integrada entre educadores e educandos, pois além de construir saberes científicos importantes também serão integrados a esse processo os conhecimentos sobre cidadania indispensáveis a formação de indivíduos cientes de suas responsabilidades no meio em que vivem.

Na Educação de Jovens e Adultos, muitas vezes, já estão formadas opiniões a respeito de determinadas questões ambientais, principalmente na educação do campo, onde o contato com o meio ambiente é mais próximo. Assim, o educador tem ainda maior responsabilidade e, muitas vezes, uma maior dificuldade em trabalhar tais temas em sala- de aula. Uma proposta válida nesse contexto de educação é a pesquisa em suas diversas formas de aplicação, levando o educando a explorar o seu ambiente, o meio em que vive e está inserido. Freire (2008) ressalta a importância da pesquisa enquanto metodologia de ensino, como forma de instigar os educandos a descoberta do novo, de aguçar a curiosidade, pois sem a curiosidade não há vontade de conhecer. A partir dessas pesquisas, por exemplo, o educando investiga os

aspectos ambientais, culturais e sociais de suas comunidades e discutem em sala de aula maneiras de intervenções que favoreçam tanto aos agricultores quanto ao meio ambiente ou seja uma forma harmoniosa uma simbiose entre ser humano e natureza.

Trabalhar com educação ambiental torna-se um desafio aos educadores, pois estes devem, primeiramente, ter domínio do que estão ensinando e, sendo um tema de grande abrangência, notamos a importância do diálogo entre os educadores, os educandos e a comunidade, para que assim possam integrar os conhecimentos empíricos aos científicos e, principalmente, valorizar os saberes da terra, dos sujeitos que lutam pela terra e dela retiram seu sustento.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para pesquisa foi a investigação qualitativa, a qual é fundamentalmente interpretativa (CRESWELL, 2007). Realizou-se uma pesquisa num contexto exploratório e qualitativo com o objetivo de promover interrogações sobre as questões problemas para possibilitar novos debates a partir de seus resultados. Culmina, pois, esta modalidade de pesquisa em educação ambiental, num ciclo, segundo Minayo (2003). A pergunta de partida tem como resultado um produto provisório suscetível de novas interrogações. Para obtenção de dados num contexto exploratório aplicou-se um questionário com questões abertas a três professores atuantes no Programa Projovem Campo, que lecionam a disciplina de Ciências em diferentes localidades e contextos de vida, a fim de explorar e conhecer suas concepções a respeito da educação ambiental no contexto do campo. Os resultados dos questionários foram analisados e discutidos com embasamento no referencial teórico descrito no trabalho

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise dos questionários realizados com os professores do Projovem Campo, com relação à sua formação acadêmica, todos possuíam

licenciatura plena para área e curso de pós-graduação. A média de tempo de docência entre os docentes foi de 19 anos até o momento da pesquisa, sendo que 2 já atuaram e atuam em escolas do campo e 1 atua com professores de escolas do campo.

Com relação às questões sobre a educação ambiental, consideram importante a abordagem da educação ambiental no Projovem e conforme o professor P1 afirma, “Eles devem ser os primeiros a se preocuparem com a preservação do meio ambiente”. Já o professor P3 argumenta que “depende da maneira como a mesma é abordada, toda a educação é ambiental.... [...] Há alguma educação que não se refira ao meio ambiente?” Essa é uma consideração importante realizada pelo professor, pois tornar um tema interessante aos educandos e significativo em seu contexto de vida é uma tarefa do professor. Como afirma Rezler (2008), a educação ambiental abrange muito mais além do que o ambiente em si, meio biótico e abiótico, mas estão interligadas também nessa perspectiva as dimensões sociais de uma determinada sociedade, as dimensões políticas, culturais e históricas.

Essa questão nos leva a refletir sobre a maneira como pensamos em educação ambiental ou somente em educação, pois não somente o professor de Ciências e Geografia devem abordar essa temática, mas sim todos das outras áreas devem trabalhar integradamente a fim de compartilhar os conhecimentos necessários às diversas questões que envolvem o domínio de inúmeros conceitos das ciências em geral.

Com relação aos conteúdos abordados no Projovem Campo na temática educação ambiental, o P1 elenca a degradação ambiental causada pela agricultura e criação de gado como um tema de relevância para os educandos do campo; o P2 considera o tema soberania alimentar e o P3 as questões do meio ambiente em geral. A escolha de conteúdos que interessem aos educandos do campo é uma proposta muito clara entre os educadores do Projovem, como podemos notar nas respostas acima relatadas. Ensinar o que os eles esperam aprender é um passo importante nessa nova perspectiva educacional, apoiada em uma metodologia de ensino que valoriza o conhecimento dos educandos. Dessa forma, o professor poderá interceder enquanto mediador dos saberes científicos, também indispensáveis ao meio de vida de cada educando.

Diante desses resultados percebemos que as concepções dos educadores estão baseadas de acordo com as propostas do Projovem, pois professores que convivem com os educandos do campo conhecem bem a realidade e o meio de vida desses sujeitos. Sendo assim, o diálogo é parte indispensável nessa nova “escola” que se pretende criar com o Projovem Campo, uma escola onde o educando seja valorizado enquanto ser pensante capaz de construir idéias, capaz de mudar a realidade a que foram condicionados (FREIRE, 2008).

Esta intencionalidade está presente nos educadores pesquisados, pois notamos que todos já com certa experiência na docência não se sentem limitados a utilizar metodologias fracassadas de ensino como notamos atualmente, e a perspectiva é mudar, para que cada novo grupo de educadores possa dar continuidade a este trabalho, que visa valorizar e dignificar os sujeitos do campo por meio da educação.

CONCLUSÃO

O Projovem Campo ainda encontra-se em processo de construção. No entanto, as concepções que os professores vêm demonstrando no decorrer de um trajeto de formação e experiência nos mostram o quanto cada educador se redescobriu enquanto sujeito do campo, sempre procurando valorizar os conhecimentos necessários ao seu modo de vida, contextualizando os conhecimentos científicos e promovendo o diálogo entre educandos, educadores e comunidade. A educação ambiental no contexto do campo ainda está em processo de transição, pois preservar o meio ambiente há tanto tempo degradado por práticas agressivas à natureza é um processo lento, porém, necessário á permanência dos educandos e da comunidade no campo. E isso será possível por meio da educação e de educadores capazes de resgatar as expectativas de vida dos sujeitos do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, “LEI n.º 9394, de 20.12.96, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**”, in **Diário da União**, ano **CXXXIV**, n. 248, 23.12.96.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Lei n.º 9795 de 27 de abril de 1999. **Institui a política nacional de educação ambiental**.

COUTINHO.J. **Experiências de formação da FETAG-RJ: Educação do campo em questão**. 2009, 173f. Dissertação (Pós-graduação em extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, , Minas Gerais-MG, 2009.

REZLER. M. A. **Concepções e práticas de educação ambiental na formação de professores**. 2008, 273f. Dissertação (Pós-graduação em Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2008.

FERNANDES.B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO.M.G *et al* (org). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, vozes, 2004.p 133-146.

FREIRE.P. Pedagogia da autonomia: **saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e terra, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo**. Brasília, 2001.

MINAYO, M. C. SOUZA de. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 2003.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007. Cap. 10: Procedimentos qualitativos.

SOUZA. M. A. **Educação do Campo**: Políticas, práticas pedagógicas e produção científica. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1-11, set/dez, 2008. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?Csript=sci > Acesso em: 10/04/2011.

PARANÁ. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

